

RESENHA

Santos, A. A. A., Boruchovitch, E., Nascimento, E., & Sisto, F. F. (Orgs). (2010). *Perspectivas em avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

A avaliação psicológica é compreendida como um processo científico no qual o psicólogo busca informações que o auxiliem no diagnóstico e na escolha da intervenção mais adequada frente a cada indivíduo. A prática avaliativa inclui técnicas e instrumentos testados empiricamente e validados de acordo com os critérios estabelecidos pela comunidade científica. No Brasil, a regulamentação dos testes psicológicos é feita pelo Conselho Federal de Psicologia (Resolução nº2/2003) que, inclusive, dispõe de um código de ética que orienta a atuação do profissional na aplicação desses instrumentos.

O livro citado na epígrafe apresenta um conjunto de estudos desenvolvidos pelos integrantes do Grupo de Trabalho Pesquisa em Avaliação Psicológica da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp), no biênio 2008-2010. O livro, organizado por Acácia Aparecida Angeli dos Santos, Evely Boruchovitch, Elizabeth do Nascimento e Fermino Fernandes Sisto, contém treze capítulos elaborados por especialistas brasileiros, cujos trabalhos abrangem a avaliação psicológica em diversos contextos e diferentes etapas do desenvolvimento humano. Ao final de cada texto, pode-se encontrar uma lista de referências atualizadas que auxiliam o leitor interessado em aprofundar o estudo de cada assunto apresentado.

No primeiro capítulo, escrito por Irai Cristina Bocato Alves, Patrícia Waltz Schelini, Elizabeth do Nascimento e Simone Ferreira da Silva Domingues, é apresentado um panorama dos testes utilizados no Brasil para a avaliação intelectual infantil. Inicialmente, as autoras fazem uma discussão sobre os construtos teóricos inteligência e cognição à luz da Psicologia Cognitiva. A seguir, é feita uma exposição geral dos testes aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e uma breve descrição de cada um deles. Observa-se que a maior parte dos instrumentos foi construída no exterior e que poucos são voltados a crianças menores de cinco anos. Todavia, destaca-se que houve avanço nos últimos anos constatado por pesquisas atuais que visaram validar

testes de avaliação cognitiva infantil e elaborar normas atuais para aplicação dos mesmos.

Atualmente, a depressão é considerada como um dos transtornos de humor de maior prevalência na população mundial e grande responsável pela incapacitação de pessoas em atividades laborais e acadêmicas. Mesmo diante desse quadro, há estudos indicando que metade dos indivíduos com o transtorno são subdiagnosticados. Essas informações são abordadas no segundo capítulo cujo propósito central é analisar as principais técnicas de avaliação da depressão. Os autores Makilim Nunes Baptista, Fermino Fernandes Sisto, Ana Paula Noronha e Irani Argimon discutem acerca da dificuldade em se diagnosticar o transtorno devido às pequenas diferenças que pode haver entre variações normais de humor e um quadro de depressão clínica. Dessa forma, eles sugerem que a avaliação deve conter procedimentos para além da entrevista clínica, como por exemplo, os instrumentos de screening (rastreamento). Em seguida, são descritas algumas técnicas de avaliação, especificando quais têm sido mais utilizadas em cada faixa etária. Para finalizar, os autores ressaltam que toda investigação e diagnóstico deve levar em consideração a cultura do paciente, a precisão do avaliador e as evidências de validade dos testes.

No capítulo seguinte, Eliane Ferreira Carvalho Banhato e Elizabeth do Nascimento abordam a avaliação cognitiva de idosos. Primeiramente, é apresentada ao leitor uma breve descrição das alterações cognitivas consideradas típicas do envelhecimento normal e os prejuízos decorrentes do Comprometimento Cognitivo Leve (CCL) e dos processos patológicos (quadros demenciais). Depois, são levantados diversos aspectos que devem ser considerados na escolha e aplicação de um teste, que seriam: os dados obtidos nas entrevistas, as propriedades psicométricas do instrumento, os propósitos da avaliação cognitiva, entre outros. Dentre os testes aprovados pelo CFP, a Escala Wechsler de Inteligência para Adultos – Terceira Edição (WAIS-III) é descrita mais detalhadamente no texto. Inclusive, são apresentadas pesquisas brasileiras recentes que utilizaram esse instrumento. Para finalizar, as autoras destacam algumas dificuldades que envolvem a avaliação cognitiva de idosos.

As relações familiares, especialmente as interações pais-filhos, têm sido foco de interesse de diversas pesquisas da área da Psicologia e da Educação. De forma geral, essas relações podem ser analisadas dentro de certas perspectivas como, por exemplo: as atitudes parentais, as práticas educativas parentais, os

estilos parentais, o suporte familiar, entre outras. No tocante à avaliação das relações parentais, Marucia Patta Bardagi, Altemir José Gonçalves, Makilin Nunes Baptista e Marco Antônio Pereira Teixeira fizeram um levantamento dos instrumentos nacionais disponíveis e das pesquisas em que foram utilizados. Mais especificadamente, eles buscaram estudos sobre estilos parentais, suporte familiar e intervenção para o desenvolvimento da parentalidade. Cabe ressaltar que, ao longo do texto, são encontradas tabelas resumo que auxiliam o leitor na compreensão dos dados sobre as características de pais e filhos segundo os padrões parentais e sobre as pesquisas brasileiras que descreveram estratégias para a promoção da parentalidade.

De modo geral, a metacognição é definida como o conhecimento de uma pessoa sobre o seu próprio conhecimento e a capacidade que se tem de controlar a sua cognição. O uso de estratégias metacognitivas é fundamental para a aprendizagem dos alunos e deve ser estimulada desde o início da escolarização formal. Partindo dessa premissa, as autoras Evely Boruchovitch, Patrícia Waltz Schelini e Acácia Aparecida Angeli dos Santos trazem como tema para o quinto capítulo a avaliação da metacognição. O texto pode ser dividido em duas partes: conceituação e medidas de avaliação. Na primeira, as pesquisadoras apresentam a evolução da definição do construto segundo vários teóricos que a tem investigado ao longo das últimas décadas. Na segunda parte, elas discutem as dificuldades encontradas ao se avaliar a metacognição e apresentam parte dos estudos nacionais e dos instrumentos que têm sido utilizados para mensurar essa importante variável.

O sexto capítulo, de autoria de Selma de Cássia Martinelli, Fabián Javier Marín Rueda e Fermino Fernandes Sisto, contempla a avaliação do autocontrole segundo a Perspectiva Cognitiva Comportamental. Inicialmente, os autores tecem algumas considerações acerca da definição do termo, mostrando que não há um consenso no uso da terminologia e na metodologia de investigação desse fenômeno. Em seguida, eles fazem uma breve descrição dos instrumentos de avaliação do autocontrole na área educacional. Verifica-se que, sinteticamente, o autocontrole se refere à capacidade das pessoas em controlar seus impulsos, suas emoções, desejos e ações. Ainda que seja uma variável presente em diversos contextos, no texto foi dado enfoque ao estudo do autocontrole em ambiente escolar. De acordo com os autores, o índice de violência nas escolas

tem aumentado consideravelmente e, portanto, torna-se cada vez mais necessário compreender melhor o comportamento autocontrolado dos indivíduos.

O processo vivenciado pelos alunos durante a formação universitária tem sido investigado internacionalmente há décadas. Os estudos revelam que, durante o Ensino Superior, o estudante passa por mudanças que perpassam os domínios acadêmico, social, pessoal e vocacional. No Brasil, esse tema tem recebido ainda mais atenção devido ao aumento no número de alunos ingressantes em cursos universitários, reflexo da política de expansão universitária adotada nos últimos anos. Entretanto, ainda se observa um número reduzido de pesquisas e instrumentos nacionais que visem avaliar a integração do aluno nas universidades. Diante desse quadro, os autores Acácia Aparecida Angeli dos Santos, Soely Aparecida Jorge Polydoro, Marco Antônio Pereira Teixeira e Marucia Patta Bardagi apresentam um panorama dos estudos brasileiros que tenham investigado a integração ao Ensino Superior. No texto são discutidas algumas dificuldades encontradas na elaboração de medidas para o construto e também são descritas as características e propriedades de quatro instrumentos psicométricos usados no Brasil, para avaliar as vivências acadêmicas e a integração dos alunos. Para finalizar, os autores trazem diversas sugestões para pesquisas futuras.

A autoeficácia é definida como as crenças de alguém sobre a sua capacidade em organizar e realizar certa atividade. O oitavo capítulo, escrito por Soely Aparecida Jorge Polydoro, Roberta Gurgel Azzi e Diana Vieira, aborda a avaliação dessas crenças no contexto educacional brasileiro. Nesse texto, as autoras têm como objetivo introduzir pesquisadores iniciantes no campo da investigação quantitativa da autoeficácia. Inicialmente, são tecidas breves considerações teóricas e metodológicas sobre o tema, à luz da Teoria Social Cognitiva. Depois, são descritos os cuidados e as características que devem ser observados na construção de escalas de autoeficácia. Em seguida, são feitas recomendações práticas para avaliação do construto. Para finalizar, estudos nacionais e instrumentos de medida da autoeficácia são apresentados. Nessa última parte, as autoras expõem os procedimentos de construção e adaptação de três escalas, cada uma com um foco específico: autoeficácia docente, autoeficácia acadêmica e autoeficácia na carreira.

No nono capítulo, os autores Elisa Medici Pizão Yoshida, Maria Leonor Espinosa Enéas e Tales Vilela Santeiro apresentam a Escala Diagnóstica

Adaptativa Operacionalizada (EDAO). Esse instrumento surgiu da necessidade de se ter um sistema de avaliação que auxiliasse estudantes universitários, em um programa de prevenção da saúde, para definir se as pessoas necessitavam ou não de atendimento psicológico. No texto, após ser conceituado o termo adaptação, é apresentado ao leitor o histórico de construção da escala desde a sua primeira versão, feita nos anos de 1970, até as reformulações realizadas em estudos subsequentes. Depois, são relatadas algumas pesquisas que investigaram as propriedades psicométricas do instrumento. Os autores concluem que a EDAO apresenta evidências de validade suficientes e que é um procedimento complementar na avaliação de recursos adaptativos e na orientação da intervenção psicológica mais apropriada.

A motivação é uma variável psicológica que tem sido muito investigada na área da Psicologia Escolar e Educacional. As pesquisas têm indicado que alunos motivados para aprender se esforçam mais nas atividades escolares e buscam estratégias para aprofundarem seu conhecimento. Da mesma forma, a falta de motivação tende a comprometer o aprendizado e prejudicar o rendimento acadêmico. Diante da importância em se investigar o tema, as autoras Katya Oliveira e Evely Boruchovitch, propuseram-se a analisar duas escalas nacionais de motivação para o contexto universitário. Cada escala foi construída com base em referenciais teóricos distintos (Teoria de Metas de Realização e a Teoria da Autodeterminação), mas que apresentam conceitos-chave semelhantes. A princípio foi feita uma breve descrição das duas teorias e de algumas pesquisas nacionais e internacionais que avaliaram o construto. A seguir, foi demonstrada a correlação entre as duas escalas. Os resultados indicaram que ambas as medidas se correlacionaram e que as duas abordagens teóricas que as fundamentaram são importantes na compreensão da motivação.

A relação entre a maturidade visomotora e o desempenho em leitura e escrita é o tema do décimo primeiro capítulo, de autoria de Adriana Cristina Boulhoça Suehiro, Acácia Aparecida Angeli dos Santos e Ana Paula Porto Noronha. Dentre as medidas de avaliação dos construtos, enfoque foi dado a um dos sistemas de correção do Teste de Bender, o Sistema de Pontuação Gradual (B-SPG). No texto, as autoras apresentam uma sucinta introdução quanto aos aspectos que envolveram a construção do Teste. Em seguida, elas relataram diversos estudos internacionais e nacionais que investigaram a maturidade perceptomotora e o desempenho em leitura e escrita de crianças em idade

escolar. Dentre as pesquisas encontradas, verificou-se um predomínio na aplicação do Teste de Bender, com variados sistemas de correção. Quanto ao B-SPG, os resultados da literatura nacional têm indicado que esse sistema é sensível na avaliação da maturidade visomotora permitindo investigar relações com a aprendizagem da escrita e leitura de alunos brasileiros.

A regulação emocional se refere às tentativas das pessoas em controlarem o modo como sentem e expressam suas emoções. A autorregulação é muito importante nos processos adaptativos do ser humano, especialmente, nas interações sociais. De acordo com a literatura, o autocontrole emocional é desenvolvido gradualmente, desde a infância, e cada indivíduo aprende diferentes estratégias para lidar com suas emoções. Dentro dessa temática as autoras Evely Boruchovitch e Denise Bortoletto fizeram um levantamento dos instrumentos que têm sido utilizados para mensurar as estratégias de regulação emocional. Inicialmente, são apresentadas as principais estratégias encontradas na literatura internacional e nacional. Depois, são descritas as características e as propriedades psicométricas de medidas de avaliação da regulação emocional para cada faixa etária.

A avaliação de surdos é a questão discutida no último capítulo, escrito por Vera Lucia Marques de Figueiredo, Antonielle Cantarelli Martins, Francielle Cantarelli Martins, Olga Cassal Viedo, Shana Gularte Della Vechia, Tharso de Souza Meyer e William Martins de Oliveira. Os autores fizeram uma revisão de publicações internacionais e nacionais que tenham abordado a avaliação psicológica de indivíduos surdos. No texto são apresentadas pesquisas que incluíram três tipos de testes psicológicos: de inteligência, de aptidão e de personalidade. Os dados revelaram o predomínio de instrumentos criados para avaliar as diferenças entre desempenho cognitivo de surdos em comparação aos ouvintes. Observou-se, entretanto, que as medidas de avaliação ainda não estão adequadas a esse grupo e que necessitam de reformulações. Ao final do capítulo são tecidas importantes considerações sobre as limitações do trabalho e indicações para estudos futuros.

A obra traz importantes contribuições para a área de Avaliação Psicológica. Cada tema é apresentado de forma clara e objetiva, o que possibilita sua leitura não apenas por pesquisadores e profissionais, mas também por estudantes no campo da Psicologia, da Educação e da Saúde. No livro são expostos os progressos e limitações das pesquisas e instrumentos avaliativos, contribuindo

para a discussão teórico-prática, o exercício profissional e a realização de novos estudos sobre a temática, especialmente a nível nacional.

Danielle Ribeiro Ganda

*Psicóloga pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
Contato: danielleganda@hotmail.com*